

António Joaquim Ribeiro Guerra, *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*, Centro de História da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003, 447 págs.

Com um sentimento místico de saudade, tristeza e alegria, inicio estas palavras que, querendo ser uma recensão, serão, inevitavelmente, em tudo, um testemunho da amizade e apreço que tenho (*pela memória*) pelo Colega e Amigo de sempre António Ribeiro Guerra.

Guardo a melhor lembrança do dia, já distante, 16 de Abril de 1997. Na Faculdade de Letras de Lisboa, pelas 15 horas, prestou provas de Doutoramento (em Paleografia e Diplomática) perante um Júri de que tive a honra de fazer parte, sendo mesmo, com o Professor José Marques (orientador científico), um dos arguentes. Em apreciação, estava uma obra feita de amor, de saber, de entusiasmo, de pioneirismo mas, também, de muita fadiga e perseverança. O resultado estava ali num volume policopiado com cerca de 500 páginas, com capa de Autor, um orgulho muito íntimo.

O tema era novíssimo: *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*. No sub-título, o conceito bem moderno para a época, que António Guerra apreendera como ninguém, de que a Paleografia e a Codicologia “não são ciências de factos mas sim de atitudes”.

As provas decorreram num tradicional clima académico de “ataque” e “defesa” com vitória indiscutível do “candidato” que obteve a nota máxima *nemine discrepante*.

A felicidade foi enorme e tornou-se extensiva a familiares, amigos e Colegas que, vindos de várias escolas e terras do país encheram, nesse dia, a Sala de Actos da Faculdade de Letras de Lisboa. Infelizmente, passados cerca de seis meses, no dia 24 de Outubro, a comunidade académica é sacudida, de forma brutal, com a notícia do seu súbito passamento. Seguiram-se o choque, o luto, a saudade.

Volvidos cerca de seis anos, com o decisivo empenho do Centro de História da Universidade de Lisboa, aliado ao apoio incondicional da Esposa e Filhos, foi possível homenagear o Colega e editar a obra em epígrafe. A apresentação aconteceu no dia 20 de Novembro de 2003, na Faculdade de Letras de Lisboa, em cerimónia, solene e sentida, presidida pelo Magnífico Reitor, na qual foram oradores os Professores Maria Helena da Cruz Coelho e José Marques.

Fica-me a mágoa de não poder ter estado presente nessa justa homenagem, por razões profissionais. Folheio, agora, o livro, saído de um prelo prestigiadíssimo de Braga e, desde já, registo a alta qualidade da produção gráfica. À primeira versão, apenas foi acrescentada, como se compreende, uma Nota Prévia firmada pelas Direcções do Centro de História da Universidade de Lisboa e do Departamento de História da Faculdade de Letras da mesma Escola.

Com base em cerca de 3000 cartas de 882 a 1200, conservadas nos Arquivos Nacionais da Torre do Tombo, Ribeiro Guerra construiu uma sólida obra de oito capítulos: 1. O espólio documental. 2. Profissionais de pena. 3. Os suportes. 4. Formato. 5. Regramento. 6. O acto de escrever. 7. A validação. 8. “Postumeiras” atitudes.

Herdeira directa do magistério dos insignes Professores Isaías da Rosa Pereira e Eduardo Borges Nunes e, igualmente, da experiência adquirida no Curso de Mestrado em Paleografia e Diplomática que o Autor concluiu com o trabalho, ainda inédito, *Os escribas dos documentos particulares do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, 1155-1200. Exercício de Análise de Grafias* (1987), a dissertação agora editada insere-se, sem

dúvida, nas correntes mais modernas da investigação paleográfica e diplomática.

O documento uma vez posto sob o olhar de Ribeiro Guerra era objecto de uma “radiografia” profunda que o levava, na tradição dos mais importantes paleógrafos europeus, a tentar responder cabalmente às perguntas propedêuticas do onde? Quando? Como? Quem? Mas Ribeiro Guerra fazia-o como poucos, porque conseguia, de forma admirável, e quase mágica, representar espaços, lugares, materiais, objectos, homens, distantes de nós mais de 1000 anos, fazendo bem jus à afirmação de Léon Gilissen: “A Paleografia é a parte mais nobre da nossa civilização”.

Da “Grande Paléographie” escolheu “a análise dos aspectos materiais dos diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII.

Identificado e apresentado o acervo documental recolhido para estudo, no 1.º capítulo, passa-se aos profissionais de pena tratados do ponto de vista do seu perfil socio-cultural e institucional.

Dignos de registo, são os aspectos relacionados com o “pagamento” do serviço de escrever que nos remetem para três casos curiosos: *Martinus*, em 1174, recebe umas luvas, *Gilbertus*, em 1194, ganha um soldo e de novo um *scriptor* chamado *Martinus*, em 1195, uma gaiola.

Paralelamente, reveste-se da maior importância o sub-capítulo *codices indeque Kartae*, no qual, de forma admirável, fica patente a estreitíssima e compreensível relação existente entre os autores materiais das cartas e os copistas, facto que permitiu aumentar, com segurança, o número de *scriptoria* (conhecidos) produtores de códices. Além disto, Ribeiro Guerra reforçou esta asserção demonstrando que nesses mosteiros as cartas eram feitas nas sobras (axilas e pescoço) das peles seleccionadas para os livros.

Segue-se o estudo do suporte das cartas, ou seja, o pergaminho. É analisada, com recurso laboratorial, a proveniência, maioritariamente de ovinos, a par da espessura, da qualidade, da côr e sobretudo do formato.

Os formatos *non transversae* e *transversae* são pormenorizada-mente descritos e relacionados, quer com a complexidade económico-cultural dos *scriptoria* quer, com a natureza dos escritos. É ainda abordado o regramento, que ocupa mais de cinquenta páginas. O Autor

vai assim avançando nas atitudes de rotina indispensáveis para a consecução do *mundum*.

O *scriptor* lança o texto no pergaminho que previamente prepara de forma cuidada, pensada, e sempre resultado das condições materiais, culturais e sociais que o envolvem. O Autor demonstra, comprova e revela, em muitos casos, pela primeira vez, gestos e comportamentos dos homens responsáveis pela produção artesanal da escrita e dos escritos.

Destaquemos o que toca à validação dos diplomas feita, de preferência, nas sés episcopais, sobre o altar da catedral, e, nos mosteiros, nos claustros ou nas salas do capítulo. Na sociedade laica, o acto de validação poderia ocorrer nas casas dos outorgantes, nos campos junto a fontes e em muitos outros lugares.

Como “postumeiras” atitudes, nas palavras de Ribeiro Guerra, detecta-se, sobretudo a dobragem e a anotação dorsal.

O estudo é complementado com dois excelentes e longos apêndices. O primeiro diz respeito à “Identificação e estado de conservação dos diplomas” (88 págs.). O segundo à “Análise dos indícios materiais”. (84 págs.). Instrumentos de trabalho preciosos.

Vou terminar. Estamos em presença de um trabalho notável, como aliás pude afirmar publicamente nesse dia, 16 de Abril de 1997, já atrás assinalado. Um trabalho muito exigente, complexo pela interdisciplinaridade que o Autor, por formação, lhe quis imprimir. Ribeiro Guerra olhou, viu, tacteou, milhares de documentos, provavelmente num número igual de horas o que o conduziu, sem dúvida, a um cansaço imenso.

Ler esta obra levará, por certo, a um irreprimível desejo de conhecer melhor os arquivos, os documentos, e, acima de tudo, invadir o mais íntimo que há neles.

Com este livro a força da escrita renasceu, uma vez mais, para a vida eterna... com o seu Autor.

Maria José Azevedo SANTOS